

PERIFERIA E A LUTA POR MORADIA E PELA VIDA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CENÁRIOS E DESAFIOS

Thiago Canettiéri [1]

Resumo: O presente artigo reflete sobre o cenário que a pandemia causou nas periferias brasileiras e nos movimentos de luta por moradia. O cenário analisado é de uma grande urgência causada pela combinação de: precariedade laboral e habitacional, ausência de políticas públicas, o impacto do vírus na economia e no mercado de trabalho e, por fim, da prevalência da mortalidade do vírus entre os moradores periféricos mais precarizados. Contudo, os pobres urbanos por meio de diferentes redes de solidariedade e organizativas preparam estratégias para se protegerem e pensarem em alternativas diante da calamidade sanitária enfrentada.

Palavras-Chave: Pandemia. Moradia. Periferia.

Abstract: This paper reflects on the situation that the pandemic has caused in the Brazilian peripheries and in the social movements for housing. The scenario analyzed is of great urgency caused by the combination of: labor and housing precariousness, absence of public policies, the impact of the virus on the economy and labor market and, finally, the prevalence of the virus mortality among the most precarious peripheral residents. However, the urban poor, through different networks of solidarity and organizations, prepares strategies to protect themselves and create alternatives in the face of health calamity.

Keywords: Pandemic. Habitation. Periphery.

[1] Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Periferia e Luta por Moradia e Pela Vida em Tempos de Pandemia

Enquanto escrevo esse texto o Brasil avança rumo aos 3 milhões de pessoas com a COVID-19. Já são quase 100.000 brasileiros mortos pela doença causada pelo novo coronavírus SARS-COV-2. Mesmo ocupando a segunda posição em número total de casos e número total de mortes, nosso país ocupa a 108ª posição em testes por milhão de pessoas². Essa situação cria um cenário que torna impossível a real representação da extensão da pandemia pelo país. Os números já são sabidamente subnotificados em muitos: estudos estimam que o número real da pandemia pode ser até 15 vezes maior do que consta nas estatísticas oficiais³.

Esse quadro, contudo, não foi construído somente por incompetência – sobretudo do governo federal que assumiu, logo de saída, um discurso negacionista da pandemia. É preciso, de pronto, reconhecer que essa é uma escolha política. O governo não está disposto a assumir a pandemia em toda sua gravidade e extensão pois não está disposto em adotar os protocolos sabidamente eficientes no controle de um vírus como esse. A ordem, proferida diversas vezes pelo presidente da república, é: *continuem a trabalhar*⁴. Tal chamamento, como é de se esperar, não foi direcionado a todos brasileiros, mas aqueles que efetivamente sustentam a economia do país. Como se sabe, a economia periférica e dependente do Brasil é sustentada por um regime intenso de superexploração da força de trabalho, atravessada por várias precariedades e, frequentemente, acontece sem qualquer formalidade (MARINI, 2012). A massa que ocupa a posição de ser transformada em suco pelas engrenagens da acumulação possui raça e endereço bem específico: são negros e periféricos. Esses sempre foram a oferta sacrificial para a contínua acumulação de capital no Brasil desde seus tempos coloniais.

Portanto, não é surpresa alguma reconhecer que o padrão de crescimento da pandemia tenha assumido tão claramente o padrão de nossas grandes metrópoles: a pandemia

2.Dados retirados do <https://www.worldometers.info/coronavirus/>

3.<https://www.dw.com/pt-br/número-de-casos-de-covid-19-no-brasil-é-15-vezes-maior-que-o-oficial-diz-estudo/a-53118226>

4.Afirmado em diversas ocasiões pelo presidente. A frase foi retirada da *live* de Bolsonaro do dia 23 de Julho de 2020.

começou nas áreas que residem a classe abastada. A doença importada do exterior muito rapidamente expandiu e fez o maior número de vítimas nas periferias. Essa é mais uma página da necropolítica (MBEMBE, 2019) brasileira. Há, de maneira evidente, uma necropolítica da pandemia: alguns corpos estão mais aptos para vencer a batalha da sobrevivência, enquanto outros estão sujeitos a uma situação de risco muito maior. Não há qualquer isonomia para uma situação como essa. Já se disse que o novo coronavírus seria “democrático”, pois não faz distinção de raça, cor, credo ou renda. Entretanto, os piores casos e as mortes estão concentrados nas periferias⁵. É preciso tratar a pandemia do coronavírus como uma questão relacionada à opressão social e econômica do país.

A pandemia, então, soma-se a uma série de problemas estruturais da sociedade brasileira. Uma sociedade fraturada, profundamente desigual, construída no seio de um colonialismo violento de exploração intensa. Já é bem documentado como a produção espacial de nossas cidades segregadas tem raízes profundas. O resultado, também já é velho conhecido: um padrão centro-periferia esparramado, com um acesso diferencial aos recursos providos pelo Estado, como os serviços de água, transporte público, infraestrutura urbana (SANTOS, 2005). O sistema de saúde público não raro funciona no limite de sua capacidade nessas periferias. Em geral, as pessoas se sustentam com trabalhos precários e informais (LAGO, 2010). As moradias, via de regra, em áreas informais da cidade, autoconstruídas e com alta densidade, possuem escassos serviços básicos, como água encanada (MARICATO, 2015). Essa condição periférica já é uma velha realidade das cidades brasileiras e muito pouco foi feito para solucionar. Na verdade, o que ocorre é a reprodução dessas condições. Agora, com a pandemia, essa situação fica escancarada, como uma ferida aberta.

Já existem relatos que dão a dimensão da bomba prestes a explodir. O presidente da união dos moradores de Paraisópolis (SP) diz que os casos suspeitos seguem crescendo, mas os pobres continuam trabalhando, circulando de ônibus e metrô para garantir o pouco

5. https://epoca.globo.com/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414?fbclid=IwAR136KkKLjdQgNeCqw95HtU_PJIVmDqXr7A62UfAnA-AnkVtyRlkQDIxLL6o

Periferia e Luta por Moradia e Pela Vida em Tempos de Pandemia

de renda que sustenta a família⁶. No complexo do Alemão (RJ), há falta de água que impede os procedimentos mais básicos de higienização contra o novo vírus⁷. Nas ocupações da Izidora (MG) os efeitos econômicos se sobrepõem à pandemia e as famílias enfrentam a urgência da fome⁸. Já sabemos que o limite do sistema de saúde público foi alcançado e não há medidas governamentais para a ampliação necessária mesmo diante do atual cenário de terra arrasada. Até mesmo antes da pandemia, o acesso à saúde para as periferias sempre foi uma dificuldade. Como já se sabe, existe forte incidência de doenças pulmonares anteriores e condições de vida insalubres nas favelas e periferias, resultado da precariedade habitacional e da altíssima densidade construtiva. Ou seja, nas áreas mais precárias de nossas cidades, o coronavírus atingirá uma população que vive em condições de extrema vulnerabilidade ocasionada por processos de espoliação econômica acumulados ao longo de séculos de história. Uma profunda mistura de segregação, exclusão, desigualdade, precariedade, e falta de assistência social colocará uma outra dimensão para pensarmos os impactos da pandemia. Ao pensarmos como o coronavírus irá se distribuir no país, e quais serão seus impactos, devemos lembrar que o desenvolvimento brasileiro impõe a morte prematura de milhares de pessoas pobres infectadas por doenças praticamente medievais somadas à violência de diversas ordens. Na cidade de São Paulo, por exemplo, a expectativa de vida nas áreas mais pobres chega a ser de apenas 58,6 anos (Grajaú), contrastando com os 80,5 anos em Moema. As periferias, sujeitas aos regimes de desproteção de várias naturezas, atravessaram mais uma enorme crise com a pandemia. Uma nova camada de desproteção será adicionada se nada for feita para reverter a situação.

Para fins desse texto, cabe destacar que a pandemia desnuda a péssima situação da

6. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51954958?ocid=wsportuguese.chat-apps.in-app-msg.whatsapp.trial.link1_.auin&fbclid=IwAR0NRm3NDfh8xUUVKtllmWzL42e-9dnBU5ZSSm5x4HI-VxTJVWftPnKlGOBY

7. <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/17/somos-excluidos-prevencao-ao-corona-esquece-favelas-sem-saneamento.htm?fbclid=IwAR3z20KNmdvW17Onvkb0ezKQbTww-yHY-7SChEaeggbNTmqcsvARNXsXxWU>

8. <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/06/aqui-a-urgencia-e-a-fome-diz-lider-de-ocupacao-em-bh-que-serve-almoco-comunitario-durante-pandemia.ghtml>

habitação no Brasil. Os sintomas de uma *crise da habitação* tornam-se ainda mais flagrantes. a posição subalterna do país impede o acesso aos ganhos de produtividade por meio do desenvolvimento tecnológico, obrigando a uma forma de extração de riqueza baseada na exploração intensa da força de trabalho e da natureza. Portanto, os trabalhadores de um país periférico e dependente não recebem a integralidade do custo de sua reprodução. Essa condição implica na manutenção de relações sociais pré-capitalistas como condição do desenvolvimento capitalista no país. E talvez a casa seja um dos grandes exemplos disso: uma vez que está fora da cesta que compõe o salário, o trabalhador é obrigado a autoconstruir sua moradia nos horários de folga. Este argumento, é desenvolvido por Chico de Oliveira (2003) em sua *Crítica da Razão Dualista* e recebe um tratamento mais próximo da questão habitacional com o trabalho de Ermínia Maricato (1979). Esta foi a condição necessária para o desenvolvimento industrial do Brasil. De uma industrialização dos baixos salários se tem uma urbanização dos baixos salários. Essa forma de ocupação do espaço urbano, baseada na autoconstrução (e, portanto, no sobretrabalho), na precariedade da habitação e na ilegalidade não é um desvio do capitalismo, mas é funcional para a acumulação capitalista. Portanto, como bem demonstrou Ermínia Maricato (2000), há uma lógica para esta forma determinada de produção da habitação. Trata-se, do que a autora chamou de nó da terra. Eis o binômio da moradia num país periférico: A questão fundiária, altamente concentrada e com fortes traços de uma ideologia patrimonialista, combinada com uma economia capitalista baseada na superexploração da força de trabalho, cria um tipo determinado de provimento habitacional que é baseado na forma-favela. Ou seja, a forma através da qual os pobres urbanos acessam a habitação, ainda que sejam diversos entre si, pode ser caracterizada por uma moradia marcada pela alta densidade populacional, por uma precariedade construtiva, insegurança de posse, exiguidade das construções, coabitação de famílias, domicílios de baixa renda, com abastecimento irregular de água, com coleta precária ou inexistente de esgoto e lixo e com limitado acesso aos serviços públicos.

Com a pandemia de COVID-19 essa situação habitacional das periferias de nossas cida-

Periferia e Luta por Moradia e Pela Vida em Tempos de Pandemia

des ajuda a explicar o padrão da contaminação que observamos, altamente concentrado nas áreas periféricas. Como consta na nota técnica produzida por João Tonucci, Pedro Patrício e Camila Bastos (2020), as recomendações dos órgãos de saúde para evitar a propagação do vírus são praticamente impossíveis de serem adotadas nos domicílios periféricos.

Se ficar em casa é fundamental, então uma habitação de qualidade é um serviço essencial. Isso obriga a refletir sobre o papel que Estado, Universidade e os Movimentos Sociais em ações autogestionadas têm desempenhado para agir diante do cenário de disseminação da pandemia.

A pandemia impôs uma calamidade geral nas periferias. Trata-se, de fato, de uma emergência. Há a questão da precariedade e dos baixos níveis de habitabilidade das periferias que favorecem a transmissão do novo coronavírus. Também existe o antigo e já conhecido problema de acesso ao sistema de saúde brasileiro, que sofre com a histórica falta de investimento – vale dizer, agravada com a aprovação da chamada PEC do Teto de Gastos Públicos. Fato é que essas questões já são graves suficientes e impõem sobre as populações periféricas um risco de morte – ou de agravamento da COVID-19 – muito maior do que nas áreas de classe média e alta. Contudo, uma outra camada de problemas causados diretamente pela pandemia aprofunda a crise sanitária e econômica em curso.

Milton Santos (2008) apresenta as economias urbanas de países periféricos sendo compostas por dois circuitos, que são interconectados por uma miríade de vasos comunicantes: um circuito superior, capital intensivo, com amplo uso de tecnologias e conectadas as tramas globalizadas da acumulação e; um outro circuito, um circuito inferior, trabalho intensivo, com pouco uso de tecnologia, e que sustenta a economia local nas periferias. Esses dois circuitos são funcionais e estruturam a acumulação de capital. Todavia, como já sabemos, a pandemia significou uma interrupção drástica das atividades econômicas. Em todo o mundo, ocorreu uma redução das atividades produtivas uma vez que é imperioso a adoção do isolamento social para controlar a disseminação da doença. Numa economia periférica, inserida de maneira subalternizada ao mercado mundial, essa interrupção foi ainda mais grave – sobretudo

para a periferia.

A reprodução material da vida nas periferias brasileiras é marcada desde muito tempo pela *viração* (ABILIO, 2019) - precarização, informalidade, subemprego, desemprego, empregos intermitentes, terceirização, flexibilização, uberização. Ou seja, essa forma de reprodução da vida está completamente a margem do mundo do trabalho formalizado, que garante alguma estabilidade. Com a pandemia, esse abismo ficou ainda mais escancarado. De um lado, os setores superiores da economia urbana lograram entrar em regime de trabalho remoto. Por outro lado, os setores inferiores da economia tiveram que se haver com um problema maior: Aqueles que estão empregados em trabalhos formais, com algum direito garantido, continuaram a trabalhar – esse trabalho, por ser um trabalho braçal, não está apto a entrar no rol das atividades remotas. Nossa economia, assentada na origem colonial escravagista, descreveu essas atividades como “essenciais”. Assim, uma parcela dos moradores das periferias continuou trabalhando, circulando nos transportes públicos precários lotados. Eventualmente se contaminam e levam para as periferias o vírus. Outros tantos, contudo, nem essa escolha possuem. Já estão fora do mercado de trabalho formal e sobrevivem com trabalhos informais. Esse tipo de trabalho, como dos camelos e ambulantes, não gera renda com o isolamento social estabelecido. Assim, acabam ficando sem recursos. Há ainda um terceiro grupo, alimentado por uma parcela dos outros dois anteriores: os desempregados. Até o mês de maio, segundo dados do IBGE, foram 7,9 postos de trabalho fechados – as previsões é que a taxa de desemprego passe de 14% nos próximos meses (PRATES; BARBOSA; LEAL, 2020).

A conjuntura se desenvolve como uma bola de neve: quanto maior a falta de renda, mais essas pessoas estarão dispostas a correrem o risco da contaminação para garantir a sobrevivência de sua família e, assim, os contágios pela pandemia aumentarão. Ao mesmo tempo, a crise econômica não arrefecerá, e, assim, mais pessoas perderão seus empregos, retroalimentando esse circuito.

Só no período de pandemia, a renda média das famílias brasileiras de mais baixa renda caiu, em média, R\$250,00. Sem o auxílio emergencial, a taxa de pobreza poderá chegar aos

Periferia e Luta por Moradia e Pela Vida em Tempos de Pandemia

30% (PRATES; BARBOSA; LEAL, 2020). Na periferia está a população mais vulnerável à erosão dos rendimentos ocasionado pela pandemia e seus efeitos⁹. Segundo levantamento do Data Favela¹⁰, estima-se que até 72% dos moradores de assentamentos precários do país não possuem dinheiro guardado para enfrentar a crise.

Por conta dessa situação, o espectro da fome volta a assombrar as periferias. Sem o provimento vindo de fontes do trabalho, muitos estão dependendo das políticas assistencialista de emergência ou de doações, individuais ou organizadas coletivamente. Já é conhecido que por um lado o recurso do governo federal do auxílio emergencial não tem abrangência que deveria, muitos pedidos de auxílio são negados ou faltam recursos técnicos para pessoas requisitarem. Prefeituras e estados em todo o Brasil têm se esforçado para dar conta da demanda crescente por assistência social. Do mesmo modo, as doações não alcançam todos os necessitados e estão longe de serem suficiente para reverter a situação de penúria que vai se consolidando.

Com isso, não é surpresa perceber que os pobres urbanos se organizam para sobreviverem. Um exemplo que parece se repetir mais do que temos notícias: Nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte um sem-número de pobres tiveram sua renda dissolvida impossibilitando a permanência nos barracos alugados. Assim, foram buscar moradia na área peri-metropolitana e acabaram por ocupar um terreno, no final de abril, no município de Sete Lagoas. Assim, com esse ato os pobres urbanos contestam a histórica falta de política habitacional e também a urgência de políticas necessidades de atenção as pessoas que estão em estado de vulnerabilidade em função da pandemia. Essa ocupação, batizada, de Cidade de Deus, é formada por pessoas que perderam renda com a pandemia e tiveram dificuldade de pagar os aluguéis. É um resultado da crise que acompanha a pandemia. Mesmo assim, o município, que é o proprietário do terreno, entrou com um pedido de reintegração de posse que foi concedido pelo poder judiciário em primeira instância e, até o momento,

9.<https://www.crisp.ufmg.br/termometro-da-crise-covid-19/>

10.<https://crppr.org.br/covid19favelas/>

aguarda execução pela polícia militar.

O Estado Brasileiro não tomou qualquer medida para rever as reintegrações de posse durante a pandemia. As ocupações devem ser entendidas como uma forma que as pessoas encontram de morar diante de todas as dificuldades estruturais colocadas. Durante a pandemia essa necessidade é ainda mais urgente. Entretanto, o Estado Brasileiro, além de não prover uma política habitacional efetiva, reprime as soluções dos movimentos sociais e auto-organizadas pelos pobres urbanos. Assim, se eleva o risco de contágio. É por essa situação que o relator especial sobre moradia da Organização das Nações Unidas, Balakrishnan Rajagopal, emitiu manifestação que orienta a não realização de despejos e remoções¹¹. A dificuldade de permanência de uma ocupação sempre existiu. A pandemia fez aumentar a urgência.

Se faz necessário construir redes de informações e solidariedade entre as comunidades e as organizações comprometidas com a situação das populações periféricas para que alternativas possam ser criadas diante dessa urgência. Os desafios, como visto, são vários e já se fazem sentir na vida cotidiana de milhões de brasileiros. A campanha de informação deve ser permanente, mas outras medidas devem ser construídas junto com os moradores: acesso a alimentação de qualidade e acessível sem riscos de contaminação; possibilidade de isolamentos dos casos suspeitos; garantir suporte e atendimento para os casos mais graves. Essas medidas já são construídas em outros momentos por meio de redes de solidariedade que sustentam muito da reprodução da vida nesses territórios. Parece estar em curso a ativação de redes de articulação e resistência, muitas das quais pré-existentes e que agora se ampliam. Neste sentido, os movimentos têm contribuído na tarefa de conectar as pessoas às redes de distribuição do poder público além de promover suas próprias campanhas de arrecadação. Com essas campanhas são feitas doações de alimentos e materiais de higiene ou de dinheiro diretamente aos movimentos, que promovem a logística necessária para alcançar essas pessoas. Contudo, essas medidas ainda são pouco eficazes, porque não raro

11. <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1719591>

Periferia e Luta por Moradia e Pela Vida em Tempos de Pandemia

as pessoas não têm acesso à informação destas medidas e carece de um apoio logístico para garantir que as doações cheguem nas pessoas. Ainda assim, elas existem e aparecem em diferentes periferias como uma tentativa de lidar com a crise. Para se ter uma ideia da extensão dessas iniciativas, vale conferir o “Mapa Corona nas Periferias”¹², realizado pelo Instituto Marielle Franco que dá visibilidade às iniciativas de combate contra o coronavírus nas favelas e periferias do Brasil.

O estrondoso silêncio dos governos diante da condição das periferias durante a pandemia obrigou que fossem articuladas iniciativas para que essas pessoas pudessem sobreviver durante a pandemia. Um dos grandes exemplos tem sido a auto-organização da comunidade da Favela de Paraisópolis, em São Paulo: com levantamento de recursos estão produzindo máscaras de tecido que as costureiras da comunidade têm feito; organizaram comitês populares e elegeram presidentes de rua, que são voluntários responsáveis por monitorar cerca de 50 casas e, assim, se atentar para as demandas que podem surgir e pensar coletivamente formas de solucioná-las. Com recursos vindos de várias fontes, o comitê chegou a contratar ambulâncias e profissionais de saúde para atender os pedidos da comunidade. O interessante é que estão em curso, de Paraisópolis à Maré, no Rio de Janeiro, iniciativas de auto-organização, com formas coletivas de lidar com o problema da pandemia. Se esses ensinamentos persistirem o fim da pandemia, poderá ser um saldo positivo na organização comunitária os espaços periféricos.

Essas iniciativas auto-organizadas pelos pobres urbanos com o suporte de movimentos sociais, apoiadores, técnicos e acadêmicos, apontam um caminho com solidariedade, acolhimento e partilha. Talvez seja um dos grandes exemplos para o depois da pandemia, que, com certeza, será tão grave e difícil quanto está sendo seu desenrolar.

Na saída da pandemia é bem provável que encontraremos uma sociedade desestruturada, com níveis alarmantes de desemprego e com elevada desigualdade. As medidas para reverter esse cenário que já se anuncia devem começar o quanto antes, articulando formas

12. <https://www.institutomariellefranco.org/mapacoronanasperiferias>

de resistência populares e autônomas nas periferias com geração de renda para as famílias. Uma dessas iniciativas é um projeto aprovado na chamada da Fundação Oswaldo Cruz conduzido pela ONG Casa Palmares, em parceria com os movimentos Brigadas Populares e o Movimento das Comunidades Populares, para as periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O projeto, “Saúde econômica e Economia Saudável nas Ocupações e Periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte” busca combinar geração de renda, acesso a máscaras individuais e à alimentação saudável em seis territórios populares da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O projeto propõe o fomento à produção de máscaras por costureiras locais, o apoio às famílias agricultoras das comunidades que já produzem agroecologicamente para ampliar seus cultivos, o subsídio à distribuição gratuita das máscaras e dos gêneros alimentícios produzidos por esses moradores para as comunidades e o suporte à criação e fortalecimento de redes de compra, venda e distribuição desses itens para outras partes da cidade. O projeto procura com isso desenvolver alternativas de segurança sanitária, segurança alimentar e geração de renda nas comunidades que respeitem as orientações do isolamento social e fomentando iniciativas produtivas a longo prazo, ao mesmo tempo em que dá suporte às demandas dos moradores por equipamentos de segurança e alimentação saudável durante a pandemia. A intenção com a ação é garantir maior dignidade para famílias envolvidas diretamente com as atividades produtivas contempladas nessa ação, com geração de renda. Os produtos, tanto da cooperativa de costura quanto da agricultura, serão comercializados externamente por meio de encomendas e, uma parte, será subsidiada com os recursos da ação para as famílias das comunidades. O problema econômico gerado pela pandemia não irá terminar com o período de isolamento social e poderá perdurar por vários outros meses. Nesse sentido, a ação poderá servir como incubadora de processos de geração de renda para essas famílias diretamente envolvidas que poderão entrar num regime de trabalho mais estável.

Iniciativas dessa natureza implicam na tentativa de pensar alternativas num momento de emergência. Em verdade, talvez seja exatamente na emergência que novas configurações

do social emergem – dualidade de significado que essa palavra no português carrega. Diante da pandemia, uma contingência assustadora, a luta por moradia, que, ao fim e ao cabo é uma forma de luta pela vida, se reconfigura e passa a abarcar elementos que até então ficavam à margem. A partir da moradia, que se tornou tão essencial na pandemia, pode ser possível pensar em outras formas de relação com o trabalho e os meios de reprodução da vida da população periférica. Da urgência pandêmica, conceber uma outra forma de pensar o espaço coletivo. A partir do enfrentamento da crise, gestar formas de solidariedade, ressignificar o sentido do direito à cidade e as formas de organização da sociedade. *A luta por moradia e pela vida em tempos de pandemia são os desafios para as periferias, mas os desafios estão sendo sistematicamente enfrentados a partir da auto-organização.*

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek, Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Margem Esquerda*, n.31, p.54-59, 2019.
- CANETTI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano. *e-Metropolis*, n.17, 2014.
- CASTRO, Laura; CANETTI, Thiago. Em busca da autonomia perdida: as contradições e (im)possibilidades das práticas cotidianas autônomas. *Arquitextos*, no prelo.
- LAGO, Luciana. Os sentidos do trabalho precário na periferia de uma grande metrópole. *Anais. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambú: ABEP, 2010.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. (Org.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1, 2019.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica da razão dualista / O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PRATES, Ian; BARBOSA, Rogério; LEAL, Jefferson. Nota técnica – COVID-19, políticas públicas e as respostas da sociedade. São Paulo: USP, 2020.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. O espaço dividido. São Paulo: Edusp, 2008.

TONUCCI FILHO, João; PATRÍCIO, Pedro; BASTOS, Camila. Nota técnica – Desafios e propostas para o enfrentamento da COVID-19 nas periferias urbanas: análise das condições habitacionais e sanitárias dos domicílios urbanos no Brasil e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 2020.